

Sala De Recursos Multifuncionais: Dialogando Sua Influência Nos Processos De Ensino E Aprendizagem

Adelcio Machado dos Santos¹, Mariana Fernandes Vasconcellos²,
Christiane Honorato Taverna³, Marcilene Bezerra de Carvalho⁴,
Ivana dos Santos Ribeiro⁵, Elizabete Bastos da Silva⁶, Dilcinéa dos Santos
Reis⁷, Janete Hickmann⁸, Cesar Augusto Freitas Jacques⁹, Márcio Magera
Conceição¹⁰

¹(Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Brasil, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3916-972X>)

²(Universidade de Passo Fundo, Brasil, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1974-9604>)

³(Universidade Federal de São Carlos, Brasil, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4964-6924>)

⁴(Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil, ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-4516-8058>)

⁵(Universidade Estadual Paulista, Brasil, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9796-8661>)

⁶(Seduc/Fsa; Sec/BA, Brasil, ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-5991-1776>)

⁷(Universidade do Estado da Bahia, Brasil, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8268-5036>)

⁸(Universidade Feevale, Brasil, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6318-2065>)

⁹(Universidade Federal de Santa Maria, Brasil, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2877-7028>)

¹⁰(Universidade Guarulhos, Brasil, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6477-4580>)

Resumo:

A sala de recursos multifuncionais é um espaço direcionado ao atendimento das diversas necessidades educacionais especiais, para desenvolvimento das diferentes habilidades necessárias a melhoria da aprendizagem dos estudantes. Uma mesma sala de recursos organizada com diferentes equipamentos e materiais pode atender, conforme cronograma e horários, alunos com deficiência física e/ou intelectual, altas habilidades/superdotação, dislexia, hiperatividade, déficit de atenção entre outras necessidades educacionais especiais. Para o atendimento de alunos cegos, por exemplo, deve dispor de professores com formação e recursos necessários para tal atendimento. Por isso, a sala de recursos é multifuncional, dadas as suas possibilidades de intervenção, bem como a equipe que vai disponibilizar e organizar os recursos que vão ser aplicados, de acordo com as demandas dos alunos que frequentam. As salas de recursos multifuncionais podem ser espaços interessantes para implantação de equipamentos eletroeletrônicos, entretanto, estes devem incorporar-se à cultura escolar, estar em consonância com os projetos políticos pedagógicos e contar com mão de obra qualificada para aplicação. Diante de tamanha relevância, as salas de recursos devem ser concebidas como espaços de diálogo sobre o processo de aprendizagem dos estudantes, considerando também os métodos de ensino aplicados em sala de aula pelos professores regentes, pois o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais especiais são de responsabilidade da instituição escolar como um todo.

Palavra-chave: Sala de recursos multifuncionais; Necessidades educacionais especiais; Processo de ensino-aprendizagem.

Date of Submission: 01-08-2023

Date of Acceptance: 10-08-2023

I. Introdução

As salas de recursos multifuncionais tornaram-se um espaço importante para a educação infantil nos últimos anos. Essas salas oferecem uma variedade de recursos e ferramentas que auxiliam no aprendizado e no desenvolvimento cognitivo e social das crianças com necessidades educacionais especiais e são projetadas para atender às diversas necessidades dos estudantes. Dessa maneira, as salas de recursos multifuncionais são espaços especializados em ambientes de educação infantil, projetados para fornecer às crianças uma ampla variedade de recursos e ferramentas de aprendizado (MESQUITA et al. 2021).

Essas salas são normalmente equipadas com materiais como livros, jogos, materiais de arte e tecnologia, e contam com profissionais habilitados que podem apoiar o aprendizado e o desenvolvimento das crianças. De acordo com Mesquita (2021), a importância das salas de recursos na educação infantil é indiscutível, pois esses

espaços fornecem às crianças acesso a uma variedade de recursos aos quais muitas delas podem não ter acesso em suas casas ou comunidades (MESQUITA et al. 2021).

O conceito de salas de recursos tem uma longa história na educação infantil, que remonta ao início do século XX. Inicialmente, as salas de recursos foram projetadas para fornecer suporte a crianças com deficiência, mas com o tempo, essa concepção evoluiu para incluir uma gama maior de alunos. Hoje, esses espaços são vistos como uma parte essencial da educação da primeira infância, pois oferecem às crianças oportunidades de explorar e aprender em um ambiente seguro e de apoio pedagógico. (TRAMONTIN et al. 2019).

As salas de recursos multifuncionais têm um impacto significativo nos resultados da aprendizagem da primeira infância. A pesquisa de Tramontin et al. (2019) mostrou que essas salas melhoram o aprendizado e fornecem às crianças acesso a recursos de aprendizagem, o que pode aprimorar suas experiências na educação infantil. Além disso, as salas de recursos permitem o uso de técnicas de ensino multissensoriais, que podem ajudar crianças com diferentes estilos de aprendizagem e necessidades a se envolverem nas propostas de maneira mais eficaz (TRAMONTIN et al. 2019).

Estudos também mostraram que crianças que frequentam salas de recursos apresentam melhores resultados de aprendizagem. Como exemplo, apresentamos um estudo do National Institute for Early Education Research, o qual constatou que crianças que frequentavam programas pré-escolares com salas de recursos apresentavam níveis mais altos de prontidão escolar do que aquelas que não tinham acesso a esses espaços. Isso sugere que as salas de recursos são uma maneira eficaz de apoiar o aprendizado e o desenvolvimento das crianças (COSTA, 2008).

Por fim, o objetivo do estudo é explorar a definição e a importância das salas de recursos multifuncionais na educação infantil, examinar o impacto dessas salas nos resultados da aprendizagem e discutir os desafios e direções futuras para a implementação e uso dessas salas.

II. Referencial Teórico

Salas de recursos multifuncionais

A resolução nº 4/2009, no artigo 5º, aponta que o Atendimento Educacional Especializado é realizado prioritariamente na sala de recursos polivalentes da própria escola ou em outra escola regular, em turno reverso da escolaridade, não substituindo as aulas regulares, podendo também ser realizado em Centro de Atendimento Educativo Especializado na rede instituições filantrópicas públicas ou comunitárias, religiosos ou sem fins lucrativos, em convênio com a secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, do Distrito Federal ou dos municípios (BRASIL, 2009).

Nestas áreas as atividades são desenvolvidas de acordo com estratégias que visam apoiar a formação do conhecimento dos alunos com necessidades educacionais especiais e a sua participação no cotidiano escolar por isso, a sala de Recursos Multiusos é um espaço para oferta de materiais pedagógicos, equipamentos e formação de especialistas qualificados 4 Para atender as características únicas dos alunos com necessidades educacionais especiais. Segundo Alves (2006), a designação é:

[...] sala de recursos multifuncionais se refere ao entendimento de que esse espaço pode ser utilizado para o atendimento das diversas necessidades educacionais especiais e para desenvolvimento das diferentes complementações ou suplementações curriculares. Uma mesma sala de recursos, organizada com diferentes equipamentos e materiais, pode atender, conforme cronograma e horários, alunos com deficiência, altas habilidades/superdotação, dislexia, hiperatividade, déficit de atenção ou outras necessidades educacionais especiais. Para atender alunos cegos, por exemplo, deve dispor de professores com formação e recursos necessários para seu atendimento educacional especializado. Para atender alunos surdos, deve se estruturar com profissionais e materiais bilíngues. Portanto, essa sala de recursos é multifuncional em virtude de a sua constituição ser flexível para promover os diversos tipos de acessibilidade ao currículo, de acordo com as necessidades de cada contexto educacional (p. 14).

Ou seja, a sala de recursos é multifuncional dadas as suas possibilidades de intervenção, bem como a equipa que vai disponibilizar e organizar os recursos que vão ser edificados, aplicados, de acordo com as requisições dos alunos que aí frequentam.

As salas de recursos multifuncionais podem ser ideias interessantes para implantação de equipamentos eletroeletrônicos, mas devem incorporar a cultura escolar, participar de projetos de políticas pedagógicas e contar com mão de obra qualificada. E para isso, devem ser concebidos e implementados como espaços de diálogo sobre o processo de aprendizagem do aluno sobre os métodos de ensino aplicados em sala de aula e não como responsabilidade exclusiva de todo o curso - e, portanto, também dos profissionais que nele atuam.

A Resolução n.4/2009 estabelece as funções do docente do AEE:

Art. 13. São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

I – Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II – Elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;

IV – Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V – Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI – Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno; VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII – Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Aqui destacamos a individualização do ensino como uma atribuição importante, mas temos pouca experiência com esse procedimento, é preciso aprender a personalizar o ensino sem torná-lo exclusivo ou separado, e o recurso para fomentar essa medida é o plano de Ensino Individualizado (PEI).

A Lei de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação

A Educação Infantil no Brasil nem sempre foi entendida como um direito da criança, em que suas vontades, singularidades e direitos devessem ser respeitados. O termo “pré-escolar” foi utilizado até por volta de 1980 no Brasil, para dar sentido que a educação infantil era uma etapa anterior, independente e preparatória para a escolarização e que o ensino de verdade só teria começo no ensino fundamental, portanto a pré-escola se situava fora da educação formal (BRASIL, 2009).

Após esse período, com a formulação de leis mais específicas sobre a educação infantil, a educação e o cuidado na primeira infância começaram a ser tratados como assuntos prioritários de governo, organismos internacionais e organizações da sociedade civil, por um número crescente de países em todo mundo; o Brasil também começou as suas mudanças nas leis que apoiavam a educação infantil. No Brasil, a educação infantil, ou seja, o direito é assegurado ao atendimento de crianças de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2009).

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação (LDB 9.394/96), a educação infantil passa a ser regulamentada da seguinte forma (BRASIL, p. 33, 2009):

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - Creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - Pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - Avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - Carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

III - Atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

IV - Controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

V - Expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013).

Assim se percebe que a criança com o passar dos tempos, deixou de ser uma imitação de adultos e passou a ser considerada um sujeito histórico e de direitos a serem valorizados em vários âmbitos sociais e políticos e educacionais. A educação infantil é baseada em muitos estudos científicos, onde o objetivo baseado nas leis de diretrizes e bases nos fazem entender como deve ser o entendimento de nossas práticas pedagógicas baseadas no desenvolvimento de suas muitas habilidades e desenvolvimento pleno de suas características sociais diferenciadas, respeitando seus tempos de aprendizagem

O Parecer CNE/CEB nº 20/2009, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 9 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 3º O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade; Art. 4º As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Todo o período da educação infantil é importante para a introdução das brincadeiras. No entanto, devemos entender que a opção pelo brincar desde o início da educação infantil é influenciada pelas ações pedagógicas, formando o “cidadanismo” da criança junto com as ações pedagógicas pensadas com foco em tais intervenções e objetivos.

Para a criança, brincar é a atividade principal do dia a dia. Com essas atividades envolvendo o brincar o brinquedo e a brincadeira a criança desenvolve o poder de tomar decisões, expressar sentimentos e valores, conhecer a si, aos outros e o mundo, de partilhar, expressar sua individualidade e identidade por meio de diferentes linguagens, podendo desenvolver capacidades para poder usar melhor o corpo, os sentidos, os movimentos, também de solucionar problemas e interpretar diferentes situações de seu cotidiano (COSTA, 2008).

Ao brincar, a criança experimenta a exploração do mundo dos objetos, das pessoas, da natureza e das diferentes culturas, podendo compreendê-lo e expressá-lo por meio de variadas linguagens.

Isaacs (1929, p. 9) resumiu essa perspectiva quando escreveu: “O brincar, na verdade, é o trabalho da criança e o meio pelo qual ela cresce e se desenvolve”. Neste sentido podemos entender a importância do brincar no espaço pedagógico como resultado de desenvolvimento físico, emocional, social e cognitivo, destacando sua importância nos espaços políticos, sociais e pedagógicos.

Interações e Recursos Multifuncionais em Sala de Aula

A Educação Infantil é uma das etapas mais importantes no desenvolvimento da criança, nesta fase ela desenvolve a parte cognitiva e psicológica, obtendo vivências que irão marcá-la por toda sua vida. A interação com o meio e com o outro se torna um fator importante para um bom desenvolvimento, seja ela com um adulto, com crianças da mesma faixa etária ou também com crianças de faixas etárias diferentes. Segundo Marangon, da Revista Nova escola:

A troca de experiências em sala é uma rica fonte de aprendizado. Na Educação Infantil, essa prática pode se tornar ainda mais produtiva quando há o convívio entre turmas de idades diferentes. Apesar de nas creches e pré-escolas as crianças serem agrupadas por faixa etária, não é difícil organizar momentos de convivência entre os mais velhos e os novinhos. Nesse tipo de parceria, há avanços para todos. (2003, p 1).

As interações, práticas cotidianas e relações, são sujeitos histórico e de direitos que constrói sua identidade coletiva, imaginativa, pessoal de fantasia aprendendo, observando, narrando, experimentando, questionando e construindo sentidos sobre a natureza e a sociedade, assim como também produzindo cultura (BRASIL, 2009).

As escolas devem organizar espaços, tempos e materiais reconhecendo as diferentes faixas etárias, singularidades individuais e coletivas das crianças, promovendo interações entre crianças de mesma idade e crianças de diferentes idades, tudo isso visando uma educação de qualidade para as crianças respeitando seus direitos mencionados acima.

Uma educação planejada pensando diretamente nas particularidades das crianças e suas necessidades é a base de um ensino de qualidade. O papel das interações sob o ponto de vista Vygotskiano do desenvolvimento do sujeito, a troca de experiências em sala é rica para as fontes do aprendizado. Sabendo que a escola é um lugar onde a maioria das crianças passa maior do seu tempo, deve-se entender como um espaço provocador onde possam aprender a estabelecer relações saudáveis e de respeito com o outro, família e escola (MARANGON, 2003).

A criança ao ter contato com textos literários, desenvolvem a sensibilidade, a criatividade e a imaginação. Conforme Becker (p. 10) “[...] a literatura infantil, enquanto arte, deve trabalhar justamente a sensibilidade da criança, seja em relação à linguagem, seja em relação aos aspectos imaginativos presentes no mundo representado pela obra.”

Quando a contação de histórias se torna um prazer, permite fazer novas descobertas por meio da imaginação e da fantasia, auxiliando as crianças a entenderem que ela não é obrigatória, quando realizada por contentamento. A literatura infantil desperta o “interesse e curiosidade, isto é, o encantamento, o fantástico, o maravilhoso, o faz de conta” (ABRAMOVICH, 1997, p. 37).

Além de estimular o mundo da fantasia e da imaginação, a contação de histórias promove o desenvolvimento cognitivo e oral, constrói pensamentos, memórias e reflexões, por isso, a importância do contato com a literatura. As histórias infantis tem o intuito de enriquecer a linguagem oral, despertando o leitor para o prazer de ler e ouvir histórias, desenvolvendo a imaginação, fantasia auxiliando na socialização, ou seja, é muito mais que uma recreação (COSTA, 2008).

A literatura proporciona diversas possibilidades de serem apresentadas para as crianças, como fantoches, teatros, livros interativos, desenhos e até mesmo com música. O aspecto lúdico, deve partir da ideia de que quando se conta histórias para as crianças, tem que fazer de um modo que encante e desenvolva sua vontade de se envolverem nela e sentirem as emoções que ela traz, para promover um sentimento positivo sobre o livro, para que possam desenvolver o gosto pela leitura e importância de ler e ouvir histórias (SILVA, 2021).

A contação de histórias, é fundamental nos primeiros anos da criança na escola, principalmente na educação infantil, pois a prática de leitura será utilizada durante toda a trajetória escolar auxiliando em seu desenvolvimento cognitivo e social. O professor ao desenvolver o exercício de contar histórias, auxilia as crianças no processo de aprendizagem, oportunizando o acesso a diferentes linguagens, junto com a função de sensibilizar o leitor ou ouvinte, fortalecendo e desenvolvendo a identidade das crianças a partir do imaginário, descobrindo saberes sobre o mundo e a sociedade a partir de suas sensações. (SILVA, 2021).

A contação de história já era usada desde o começo do mundo, porém seu uso e suas funções foram sendo adequadas a muitas características até o que hoje representamos sobre a literatura infantil e os propósitos da contação de histórias (ARAÚJO, 2011).

A contação de história em muitas de suas funções pode ser usada para que a criança aprenda o significado das coisas por meio do que é lúdico, trazendo a magia e o encantamento que pode ser tão especial para o ouvinte da história, até mesmo influenciando-o em sua maneira de pensar e atuar. “Nesse sentido, o texto literário introduz um universo que, por mais distanciado do cotidiano, leva o leitor a refletir sobre sua rotina e a incorporar novas experiências.” (ZILBERMAN, 1990, p. 19).

As histórias são essenciais para formação de qualquer criança. “escutá-las é o início da aprendizagem para ser um leitor, e ser leitor é ter um caminho absolutamente infinito de descoberta e de compreensão do mundo”. (ABRAMOVICH, 1989 p. 16). Assim, quando se lê histórias para as crianças, não se pode contá-la de qualquer jeito, deve se criar uma expectativa, para que elas despertam e construam sua imaginação, envolvendo-se completamente na história e no mundo da fantasia (ABRAMOVICH, 1989).

III. Método

O presente estudo pode ser classificado de acordo com Gil (2002), como um trabalho descritivo e qualitativo. Sendo descritivo ao se tratar de um estudo de coleta de dados, análise e interpretação dos mesmos, estabelecendo relações entre as variáveis que envolvem técnicas de coletas de dados padronizados.

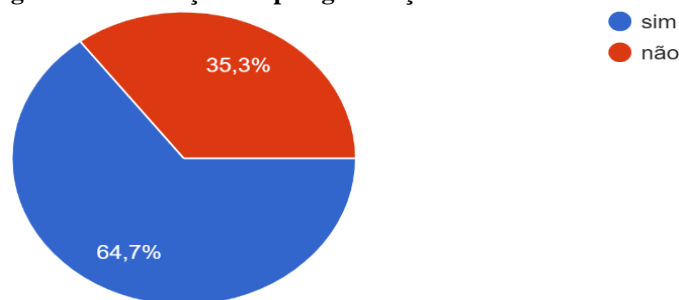
Inicialmente, a coleta de dados foi realizada a partir das grandes bases de dados da literatura científico-acadêmica, compondo a discussão empírica na perspectiva da educação inclusiva, especificamente no que se refere a sala de recursos multifuncionais. De acordo com Minayo (2001) os estudos que balizam um aporte teórico, com base em discussões bibliográficas são importantes para a atualização da literatura, pois permitem a renovação da produção científica, novos olhares sobre dados, bem como, a valorização da ciência aberta enquanto disseminadora do conhecimento.

Em seguida, foi realizado um levantamento de dados com uma entrevista curta e objetiva para coletar dados que retratam a opinião de professores, o questionário foi realizado pelo *Google Forms*. O público alvo foi professores, participantes de um grupo de pesquisa em educação, em nível nacional. Posto isso, participaram do estudo, 17 respondentes, garantindo o sigilo/anonimato de suas identidades. Nesta perspectiva, os dados apresentados pelos professores foram organizados em gráficos, delineando uma visão ampla sobre a formação destes professores, conhecimentos sobre a sala de recursos e avaliação deste espaço frente aos processos de ensino e aprendizagem.

IV. Resultados e Discussão

Dentre os 17 entrevistados, 64,7% afirmaram possuir pós-graduação em nível *Stricto sensu* e 35,3% relataram que não possuem a pós-graduação, a figura 1 explica esses dados.

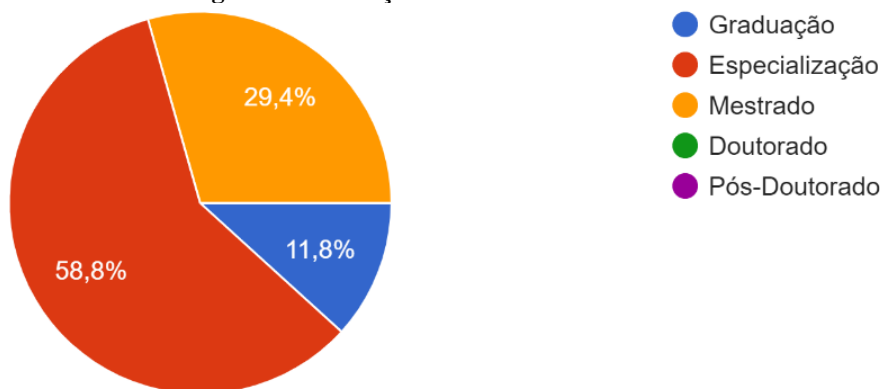
Figura 1 – Formação em pós-graduação em nível *Stricto Sensu*



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Quanto à formação acadêmica, 58,8% relataram possuir a titulação acadêmica de especialização, 29,4% possuem mestrado e 11,8% possuem graduação. Nenhum dos entrevistados possuem doutorado ou pós-doutorado (Figura 2).

Figura 2 – Titulação acadêmica de maior nível



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Sobre a área de formação, 64,7% dos entrevistados relataram possuir como área de formação Ciências Humanas e Sociais/ Educação, houve um empate nas demais áreas de formação: 11,8% linguagens, 11,8% ciências da natureza, 11,8% ciências exatas/matемática, a figura 3 discorre sobre.

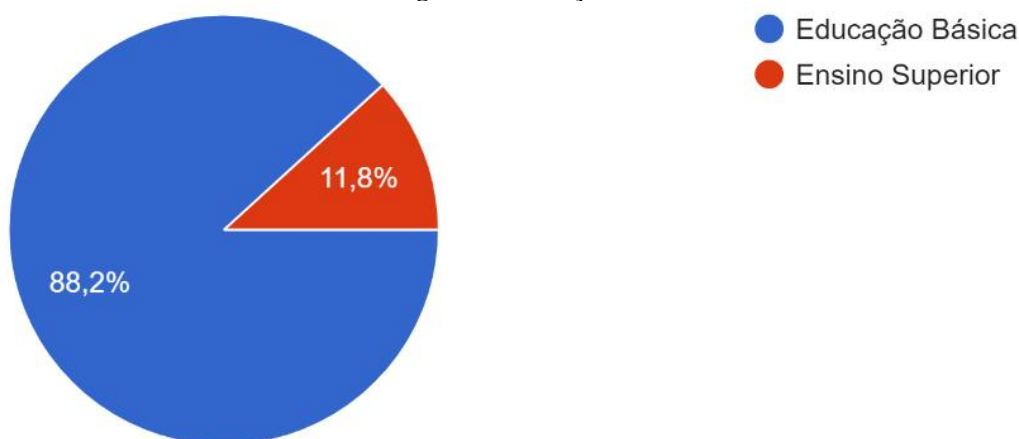
Figura 3 – Área de formação dos professores



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

88,2% dos professores afirmaram ser docentes da educação básica e 11,8% docentes do ensino superior, assim como demonstra a figura 4.

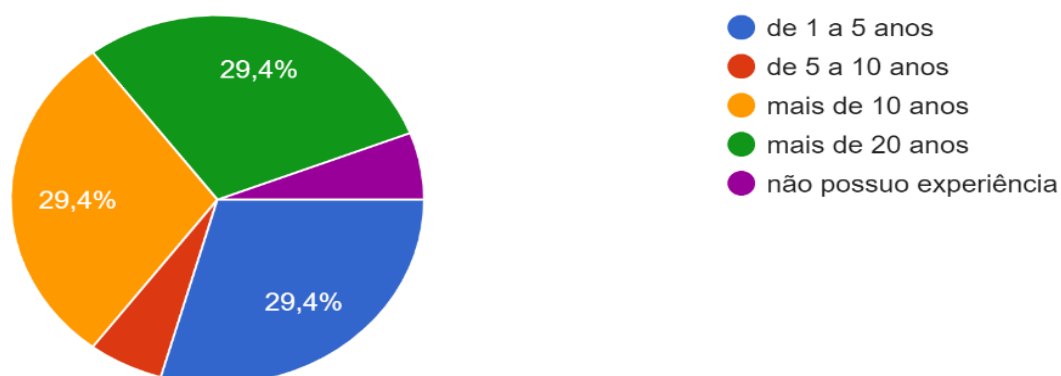
Figura 4 – Atuação do docente



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Os entrevistados empataram quando questionados sobre o tempo de experiência em sala de aula: 29,4% trabalham a mais de 20 anos, 29,4% a mais de 10 anos e 29,4% de 1 a 5 anos (Figura 5).

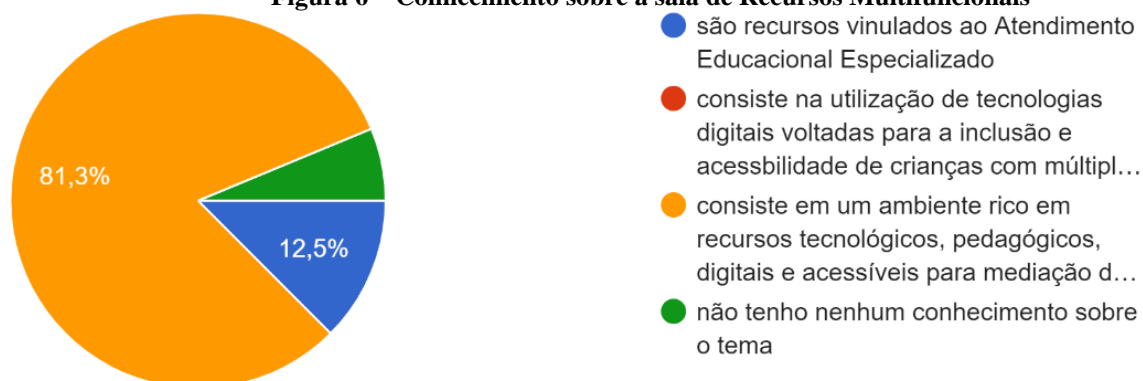
Figura 5 – Tempo de experiência do professor em sala de aula



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Quando perguntados sobre conhecer a sala de recursos multifuncionais, 81,3% dos professores falaram que consiste em um ambiente rico de recursos pedagógicos digitais e acessíveis para mediação de crianças. 12,5% relataram que são recursos vinculados ao atendimento educacional especializado, assim como mostra a figura 6.

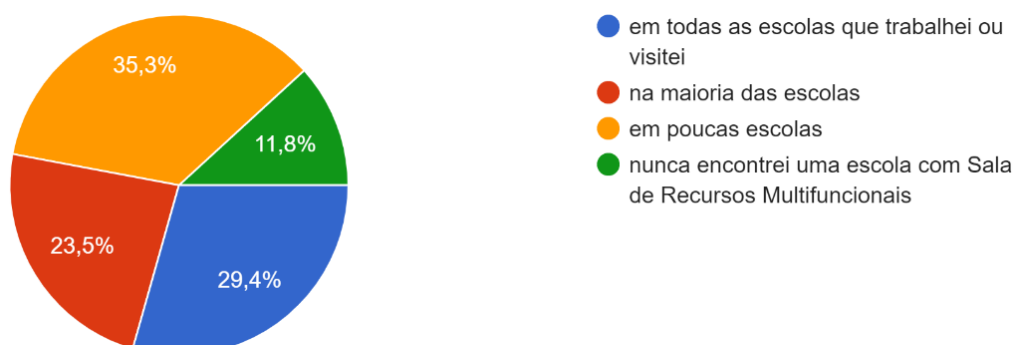
Figura 6 – Conhecimento sobre a sala de Recursos Multifuncionais



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Sobre a sala de recursos em escolas da rede pública de ensino, 35,3% dos professores afirmaram ter em poucas escolas, 29,4% afirma que todas as escolas que trabalhou ou visitou, 23,5% possuem sala de recursos e foram, em sua maioria, escolas da rede pública de ensino. Já 11,8% nunca encontraram sala de recursos em escola pública (Figura 7).

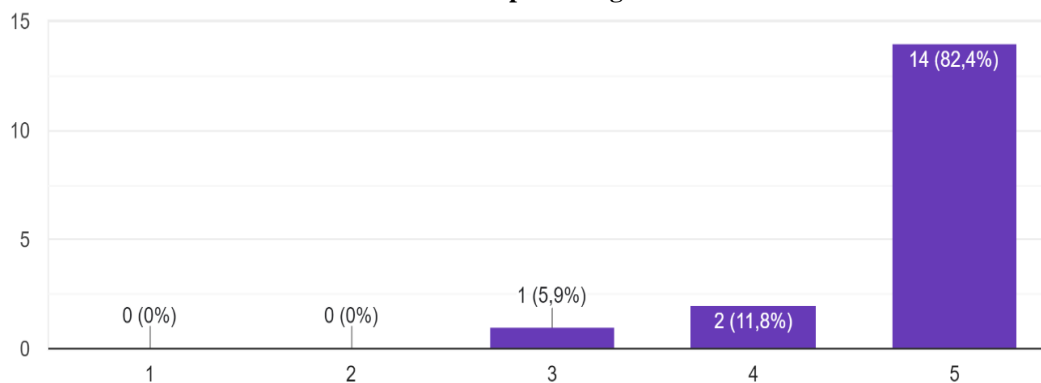
Figura 7 – Sala de recursos em escolas públicas



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Os entrevistados avaliaram por meio de uma escala sobre a importância da utilização da sala de recursos multifuncionais nos processos de ensino e aprendizagem. 14 entrevistados avaliaram ser muito bom, 2 bom e 1 regular sobre a importância da utilização da sala de recursos multifuncionais nos processos de ensino e aprendizagem, como mostra a figura 8.

Figura 8 – Escala sobre a importância da utilização da sala de recursos multifuncionais nos processos de ensino e aprendizagem



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

V. Conclusão

Embora as salas de recursos multifuncionais tenham muitos benefícios, também há desafios associados à sua implementação e uso. Um dos principais desafios é garantir que as salas de recursos sejam acessíveis a todas as crianças, independentemente de sua formação ou habilidades. Isso requer planejamento e coordenação cuidadosos, bem como alocação de recursos e financiamento para apoiar o desenvolvimento e manutenção desses espaços.

Outro desafio é garantir que as salas de recursos sejam usadas de forma eficaz. Isso requer treinamento e apoio contínuos para a equipe, bem como o desenvolvimento de estratégias para garantir que as crianças usem os recursos e ferramentas da sala de forma a apoiar seu aprendizado e desenvolvimento. Olhando para o futuro, há necessidade de pesquisa e desenvolvimento contínuos na área de salas de recursos multifuncionais.

Referências

- [1]. Abramovich, F. *Literatura Infantil: Gostosuras E Bobices*. São Paulo: Scipione, 1997. Disponível Em: <https://eventos.uceff.edu.br/eventosfai_dados/artigos/semic2019/1124.pdf>. Acesso Em: 14 De Agosto De 2022.
- [2]. Abramovich, F. *A Importância Das Histórias*. São Paulo, 1989. Disponível Em: <<http://luzdoconto.blogspot.com.br/2012/01/texto-do-mes-importancia-das-historias.html>>. Acesso Em: 22 De Setembro De 2022.
- [3]. Alves, D De O. *Sala De Recursos Multifuncionais: Espaços Para Atendimento Educacional Especializado / Elaboração Denise De Oliveira Alves, Marlene De Oliveira Gotti, Claudia Maffini Griboski, Claudia Pereira Dutra* - Brasília: Ministério Da Educação, Secretaria De Educação Especial, 2006.
- [4]. Brasil. *Lei De Diretrizes E Bases Da Educação Nacional. Lei N. 9.394/96*. Brasília: Mec, 1996.
- [5]. Brasil. *Resolução Cne/Ceb N° 4/2009: Diretrizes Operacionais Para O Atendimento Educacional Especializado Na Educação Básica, Modalidade Educação Especial. Educação Inclusiva*. Ministério Da Educação: Brasília, 2009.
- [6]. Friedmann, A. *Brincar: Crescer E Aprender: O Resgate Do Jogo Infantil*. São Paulo: Moderna, 1996. Disponível Em: <<http://sistemas.ufmt.br/ufmtevento/files/D4e8357e-49c4-44e3-8771-4738a76f8862.pdf>>. Acesso Em: 01 De Agosto De 2022.
- [7]. Horn, M. G. S. *Organização Do Espaço E Do Tempo Na Escola Infantil*. In: Craidy, C.; Kaercher, G. E. *Educação Infantil. Pra Que Te Quero?* Porto Alegre: Artmed, 2004, P. 67-79.
- [8]. Isaacs, S. *Os Anos Do Berçário. A Mente Da Criança Do Nascimento Aos Seis Anos*, Routledge And Kegan Paul Ltd, Londres, 1929. Disponível Em: <<http://pubs.sciepub.com/education/2/10/14/index.html>>. Acesso Em: 14 De Novembro De 2022.
- [9]. Kishimoto, T. M. *Jogo, Brinquedo, Brincadeira E A Educação*. São Paulo: Cortez, 1997.
- [10]. Luckesi, C. C. *O Que É Mesmo O Ato De Avaliar A Aprendizagem?* Pátio, Rio Grande Dosul, N.12, P. 6-11, Fev/Mar. 2000. Disponível Em: <https://www.anpae.org.br/ibero_americoano_iv/Gt1/Gt1_Comunicacao/Otiliamariadossantoscosta_Gt1_Integral.pdf>. Acesso Em: 10 De Novembro De 2022.
- [11]. Mesquita, L Et Al. *Jogos Matemáticos Como Possibilidade De Situação Desencadeadora De Aprendizagem De Operações Aritméticas Em Sala De Recursos Multifuncional*. 2021. Dissertação De Mestrado. Universidade Tecnológica Federal Do Paraná.
- [12]. Minayo, Maria Cecília De Souza (Org.). *Pesquisa Social. Teoria, Método E Criatividade*. 18 Ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- [13]. Piaget, J. *A Formação Do Símbolo: Imitação, Jogo E Sonho, Imagem E Representação*. 3. Ed. Rio De Janeiro: Zahar, 1978.
- [14]. Piaget, J. *A Formação Do Símbolo Na Criança*. 3ª Ed. Rio De Janeiro: Ed. Zahar, 1973.
- [15]. Possatto, L B. *A Contribuição Dos Jogos No Processo Ensino/Aprendizagem*. São Paulo, 2016. Disponível Em: <<http://www.abq.org.br/cbq/2019/trabalhos/6/1615-28116.html>>. Acesso Em: 07 De Agosto De 2022.
- [16]. Ribeiro, K. L.; Souza, S. P. De. *Jogo Na Educação Infantil*. Escola Superior De Ensino Anísio Teixeira. São Paulo, 2011. Disponível

- Em:<http://Dspace.Bc.Uepb.Edu.Br/Jspui/Bitstream/123456789/20198/1/Pdf%20-%20maria%20do%20socorro%20da%20n%C3%B3brega%20brito.Pdf>>. Acesso Em: 14 De Novembro De 2022.
- [17]. Tramontin, A C. Et Al. Os Jogos Pedagógicos No Ensino De Ciências Para Estudantes Da Sala De Recursos Multifuncionais. 2019. Dissertação De Mestrado. Universidade Tecnológica Federal Do Paraná.
- [18]. Vygotsky, L. S. A Formação Social Da Mente: O Desenvolvimento Dos Processos Psicológicos Superiores. 6ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Disponível Em: <https://www.pensador.com/frases_sobre_diversidade/>. Acesso Em: 01 De Agosto De 2022.
- [19]. Zilberman, Regina. Literatura E Pedagogia: Ponto E Contraponto. Série Confrontos. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990. Disponível Em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/336-4.pdf>> Acesso Em: 20 De Outubro De 2022.